

# Operação Lava Jato: estratégias discursivas acionadas pelos campos jurídico e jornalístico<sup>1</sup>

Operação Lava Jato:  
discursive strategies triggered by  
the legal and journalistic fields

Operação Lava Jato:  
estrategias discursivas accionadas por los  
campos jurídico y periodístico

Recebido em: 30/05/2018  
Aceito em: 03/10/2018

## RESUMO

Este artigo analisa as estratégias discursivas dos campos jurídico e jornalístico na operação Lava Jato. O corpus de análise é composto pelas matérias publicadas pelos jornais O Globo e Folha de S.Paulo sobre a divulgação, em 17 de maio de 2017, da existência de uma gravação que incriminava o presidente Michel Temer e o senador Aécio Neves, além das notícias divulgadas sobre o assunto pela assessoria de comunicação do Ministério Público Federal. Foi utilizada a perspectiva teórico-metodológica da argumentação (BRETON, 2003) e a Análise de Cobertura Jornalística (SILVA e MAIA, 2011a, 2011b). Observou-se que a estratégia mais frequente foi a de autoridade, reforçando a noção de legitimação.

## PALAVRAS-CHAVE

Argumentação. Cobertura jornalística. Campo jornalístico. Acontecimento. Operação Lava Jato.

## ABSTRACT

This article analyzes the discursive strategies of the legal and journalistic fields in Operation Car Wash. The corpus of analysis is composed by the articles published on May 17, 2017 on the newspapers O Globo and Folha de Sao Paulo about the disclosure of the existence of a recording that incriminated President Michel Temer and Senator Aécio Neves, as well as the news disclosed on the subject by the Federal Public Prosecutor's Office. The theoretical-methodological perspective of the argumentation (BRETON, 2003) and the Analysis of Journalistic Coverage (SILVA and MAIA, 2011a, 2011b) were used. It was observed that the most frequent strategy was that of authority, reinforcing the notion of legitimacy.

## KEYWORDS

Argumentation. News coverage. Journalistic field. Event. Operation Car Wash.

## RESUMEN

Este artículo analiza las estrategias discursivas de los campos jurídico y periodístico en la operación LavaJato. El corpus de análisis está compuesto por las materias publicadas por los periódicos O Globo y Folha de S.Paulo sobre la divulgación, el 17 de mayo de 2017, de la existencia de una grabación que incriminaba al presidente Michel Temer y al senador Aécio Neves, además de las noticias que se divulgó sobre el asunto por la asesoría de comunicación del Ministerio Público Federal. Se utilizó la perspectiva teórico-metodológica de la argumentación (BRETON, 2003) y el Análisis de Cobertura Periodística (SILVA y MAIA, 2011a, 2011b). Se observó que la estrategia más frecuente fue la de autoridad, reforzando la noción de legitimación.

## PALABRAS CLAVE

Argumentación. Cobertura periodística. Campo periodístico. Evento. Operación Lava Jato.



## Rejane de Oliveira Pozobon

Doutora, professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – Rio Grande do Sul).

[rejane.op@terra.com.br](mailto:rejane.op@terra.com.br)

## Kauane Andressa Müller

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM.

[kauaneamuller@gmail.com](mailto:kauaneamuller@gmail.com)

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho aborda as estratégias discursivas acionadas pelos campos jurídico e jornalístico nas falas do Ministério Público Federal e de dois veículos de mídia digitais. Nosso objetivo foi compreender como se constroem as relações entre estes campos no caso da operação Lava Jato e, mais especificamente, da divulgação de uma gravação feita pelo empresário Joesley Batista, que ocorreu em 17 de maio de 2017. Conforme a interpretação da Procuradoria Geral da República (PGR), o presidente Michel Temer aparece nesta gravação negociando a compra de silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, preso em Curitiba (PR). A notícia foi divulgada em primeira mão pelo colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, no dia 17 de maio de 2017.

À época, especulou-se que este fosse o fim do governo de Michel Temer, que tentava aprovar as polêmicas reformas trabalhista e da Previdência. Esperava-se, naquele momento, que o presidente renunciasse ao cargo e chegaram a ser protocolados na Câmara dos Deputados 26 pedidos de *impeachment* contra o presidente. Era esperado também que o presidente não conseguisse a aprovação das reformas, o que não foi confirmado no caso da reforma trabalhista, sancionada no dia 13 de julho de 2017. A reforma da Previdência, até maio de 2018, aguardava votação na Câmara dos Deputados. Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência depois do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 31 de agosto de 2016.

Este artigo tem como recorte a cobertura realizada pelos dois jornais de maior circulação em plataforma digital no Brasil, de acordo com *ranking* divulgado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>1</sup> em 2015. Conforme a ANJ, a circulação digital de Folha de S.Paulo em 2015 atingiu 146.641 acessos, enquanto O Globo teve 118.143 acessos no mesmo ano. Em um primeiro momento, buscamos compreender como são construídas as notícias sobre quais as estratégias discursivas acionadas pelos campos jurídico e jornalístico para explicar a operação Lava Jato, para obter visibilidade e legitimação e se estas estratégias se configuram como conflito entre os dois campos. Além disso, observamos as marcas da cobertura jornalística nos produtos publicados sobre a gravação de Joesley Batista.

Para dar conta disso, organizamos este artigo em três etapas. A primeira parte faz uma discussão sobre o conceito de campo, ancorada em Pierre Bourdieu (1983, 2004, 2007), dando atenção especialmente à atuação do campo jornalístico, tendo por base em autores como, Rosso e Carreirão (2011) e Guazina (2013). Em seguida, tratamos do conceito de acontecimento a partir de Quéré (2005), Babo-Lança (2005), Benetti (2010), Paiva e Sodré (2005), e Santos (2005). Por fim, elaboramos um protocolo metodológico em duas etapas: a primeira dá conta da perspectiva teórico-metodológica da argumentação, a partir do pensamento de Breton (2003), enquanto a segunda compreende a Análise de Cobertura Jornalística, proposta por Silva e Maia (2011a, 2011b). Os resultados são apresentados e discutidos logo após.

## 2 O CAMPO JORNALÍSTICO

Compreendemos a noção de campo social a partir do ponto de vista do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983, p.89), que entende os campos como “espaços

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)". Para o autor, os campos são espaços relativamente autônomos, embora sempre existam pressões externas às quais cada campo tem mais ou menos resistência, como verificamos no caso dos campos jurídico e jornalístico. São também regidos por leis próprias, ainda que não escape às leis do macrocosmo (BOURDIEU, 2004). Eles são constituídos de agentes e instituições que ocupam posições dentro dos campos e que possuem características gerais e específicas e leis de funcionamentos invariantes.

Ao explicar a teoria dos campos de Bourdieu, Bonnewitz (2003) afirma que a constituição dos campos sociais se dá progressivamente, por meio de um processo de diferenciação, ao longo da evolução das sociedades. Dessa forma, a organização dos campos "engloba toda a vida social, pois é o processo de diferenciação pelo qual se distinguem umas das outras as funções religiosas, econômicas, jurídicas, políticas, etc." (BONNEWITZ, 2003, p.60). É na constituição dos campos, ao longo do tempo e da repetição de práticas, que podemos dizer que as instituições se configuram como tal.

Essas práticas são permeadas pelo que Bourdieu (1983) chamou de *habitus*. Isto é, um ajustamento da conduta dos agentes de um campo, uma grade de leitura pela qual eles observam e julgam o mundo, gerando, de maneira explícita ou não, suas estratégias, que podem atender aos interesses de seus autores, mesmo que eles não os tenham tido em mente quando as conceberam.

Os agentes são, então, caracterizados pelo volume de capital – econômico, cultural, social ou simbólico – que dispõem e podem realizar maiores ou menores modificações na estrutura do campo de acordo com este volume. Isso significa que os agentes não escolhem as posições que ocupam, mas são as próprias posições que os definem dentro de um campo e definem suas possibilidades e impossibilidades. Dependendo do campo referido, pode haver diferença na hierarquia dos capitais, ou seja, diferentes capitais são mais ou menos relevantes em função do campo de que se trata.

Assim, Bourdieu (2004, p.23) entende que a posição dos agentes no campo é determinada pela "estrutura das relações objetivas" existente entre eles. Todos aqueles que estão engajados num campo têm interesses em comum, estabelecidos em um acordo sobre o que merece ser disputado. Os interesses dos agentes também determinam o conhecimento do ambiente de disputa. Estes acordos, no entanto, conforme Bourdieu (1983) estão ocultos, escondidos de tal forma que são considerados óbvios, em estado de *doxa*. Assim, de acordo com o autor, para que um problema possa ser considerado legítimo dentro de um determinado campo, ele precisa ser reconhecido como legítimo pelos membros daquele campo.

No campo jornalístico, aqui estudado, observamos a presença desses ideais, dessa definição de um acordo entre os agentes do campo – jornalistas, donos de empresas de jornalismo, entre outros – sobre o que será disputado. Isso aparece, por exemplo, na busca pelo "furo", que no jargão jornalístico faz referência às notícias publicadas em primeira mão, antes dos concorrentes. Outra situação que podemos apontar é a publicação de muitas matérias sobre um mesmo tema, ainda que elas não tragam necessariamente novas informações.

As relações entre os campos jornalístico e judiciário analisadas aqui são permeadas ainda por uma relação política. Isso porque é na esfera do jornalismo político que se encontra, em geral, a cobertura da operação Lava Jato. Rosso e Carreirão (2011) afirmam que, apesar de os campos do jornalismo e da política gozarem de autonomia entre si, eles também são diretamente influenciados um pelo outro. Uma das maneiras pelas quais essa relação pode estar constituída é em função da relação de dependência existente entre o jornalista e suas fontes – oficiais ou não.

Outra aproximação é feita por Guazina (2013), a partir da reflexão de Bourdieu (2007, p.185), para quem, na política, o ato de dizer significa “fazer crer que se pode fazer o que se diz”. Assim,

se o “fazer crer” do político é o fundamento de seu poder, o “fazer crer” dos jornalistas, para usar sua nomenclatura, pode ser dado também pela confiança: não em um discurso que tornará algo realizado, mas no discurso que se fundamenta na credibilidade (autoridade de quem testemunhou/viu/é isento/objetivo, etc.). (GUAZINA, 2013, p.6)

A partir do pensamento da autora, compreendemos essa confiança, tanto no caso do “fazer crer” do discurso jornalístico, quanto no “fazer crer” dos políticos, como credibilidade e legitimação. O campo jornalístico é, portanto, permeado por essas especificidades dos agentes que o compõem – neste caso, os jornalistas. Os fatores que determinam o grau de autonomia dos jornalistas também implicam o exercício profissional e, portanto, o *habitus* dos agentes do campo, apreendido repetidamente por gerações de jornalistas.

111

### **3 O ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO**

A operação Lava Jato foi iniciada em 2014 pelo Ministério Público Federal (MPF) brasileiro e, junto à Polícia Federal, revelou o maior escândalo de corrupção do Brasil até então, envolvendo diversos políticos, empreiteiras e funcionários da Petrobrás. A operação é comandada pelas organizações alocadas em Curitiba, no Paraná e, até maio de 2018 já contou com 51 fases. Estima-se que o volume de recursos desviados da Petrobras, a maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais.

Compreendemos a Operação Lava Jato como um acontecimento, a partir da perspectiva de Quéré (2005), para quem o acontecimento é uma descontinuidade. No entanto, apesar de sempre representar uma ruptura em um estado de continuidade, alguns acontecimentos podem ser previstos, imaginados e até mesmo esperados (QUÉRÉ, 2005). Eles são resultado dos acontecimentos anteriores, ainda que preservem algo de novo. No mesmo sentido, Isabel Babo-Lança (2005, p.86) compreende que o acontecimento é “muitas vezes incompreensível e não identificável num primeiro tempo”. Isso porque, para a autora, o acontecimento é algo inaugural, que não pura consequência daquilo que o ocasionou, ainda que não seja um início por si só.

Quéré (2005) e Babo-Lança (2005) entendem que o acontecimento provoca seu passado e seu futuro. As consequências do acontecimento e também suas causas só existem como uma construção que é sempre posterior ao acontecimento em si. Conforme Babo-Lança (2005, p.87), o acontecimento provoca uma alteração do “campo dos possíveis”.

É portanto o acontecimento que acaba de se verificar que faz aparecer a dimensão do passado; porque antes de ele se verificar não há passado. É preciso que se produza o acontecimento para que haja um passado do acontecimento. Um passado relativo, em exclusivo, a esse acontecimento e à maneira pela qual ele é percebido, identificado e descrito. O mesmo raciocínio é válido para o contexto. (QUÉRÉ, 2005, p.62)

A operação Lava Jato pode ser compreendida como um acontecimento na medida em que se verifica sua relação com o passado e o futuro. Isso porque esta operação desvendou o maior esquema de corrupção da história brasileira até então, envolvendo diversos empresários reconhecidos internacionalmente e, principalmente, políticos. Ao longo da cobertura jornalística sobre a operação, são retomados escândalos políticos passados, como o caso do Mensalão. Além disso, no âmbito do futuro do acontecimento, tem-se, neste caso, consequências que se estendem desde que a operação Lava Jato foi iniciada e que abrangem prisões, mandados de busca e apreensão, conduções coercitivas, denúncias a presidentes e até mesmo o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), ocorrido em 31 de agosto de 2016.

Para Paiva e Sodré (2005), o jornalista é o profissional especializado em interpretar a realidade através do contexto, buscando sua compreensão por meio das causas e das razões históricas, embora os autores reconheçam que estes pressupostos estejam mais relacionados ao exercício de gêneros específicos do jornalismo, como o comunitário. Estes autores, assim como Genro Filho (1989), entendem que o jornalismo é um tipo particular de conhecimento, um conhecimento sobre os fatos, baseado em sensação, memória e histórias, em que a credibilidade existe por conta de um acordo implícito entre jornalista e leitor.

Ao pensar uma hierarquia relacionada ao tamanho dos acontecimentos, Santos (2005) os divide em pequenos e grandes acontecimentos, microacontecimentos (os acontecimentos autorreferenciais que, por fim, levam a um macroacontecimento e são utilizados também para explicar seus aspectos não compreensíveis), macroacontecimentos (os acontecimentos que produzem reações importantes) e megaacontecimentos – ou um único megaacontecimento, que possa servir de referência absoluta para as sociedades tardo-modernas, por conta de sua elevada carga de violência real e simbólica. Os meios de comunicação de massa são, para o autor, o sistema especializado na descrição e tratamento dos macroacontecimentos, ou seja, das descontinuidades.

Marcia Benetti (2010) lembra que os acontecimentos de grande impacto, ou seja, os megaacontecimentos demonstrados por Santos (2005), impregnam-se no debate público e, portanto, na experiência da sociedade. “O jornalismo reconhece a potencialidade histórica dessas ocorrências e dimensiona seus procedimentos de cobertura e análise segundo esta marcação temporal. São acontecimentos com grande poder de agenciamento de sentidos” (BENETTI, 2010, p.157). Para a autora ainda,

Quanto maior for a universalidade arquetípica contida no fenômeno, mais poder terá o jornalismo de transformar o acontecimento jornalístico em uma grande rede de experiência compartilhada, tirando desse potencial o máximo de visibilidade e permanência. Neste momento, o jornalismo ocupa o lu-

gar de acontecimento discursivo e social, gerando novos acontecimentos e tornando-se, também, objeto de pesquisa científica sobre os indicadores de interesse do espírito humano. (BENETTI, 2010, p.155-156)

Quéré (2005), ao criticar a centralidade da mídia no estudo dos acontecimentos, afirma que as informações produzidas pelo jornalismo são construídas para que os acontecimentos não sejam de fato compreensíveis, pois o que prevalece, ao fim e ao cabo, é o comentário dos fatos, sem uma explicação profunda de causas. Do mesmo modo se observa a estrutura da cobertura da operação Lava Jato: notícias em geral curtas e com pouca referencialidade, que por vezes não dão ao receptor a oportunidade de tomar conhecimento do real significado daquele novo aspecto apresentado.

A operação Lava Jato, nesse sentido, não é apenas um tema geral que compreende diversos acontecimentos menores – como as prisões, os mandados de busca e apreensão, por exemplo – mas configura-se tanto como um acontecimento, por si só, quanto como um gerador de acontecimentos. O jornalismo tem papel relevante na apreensão e construção desses acontecimentos, pois é ele que, no mínimo, possibilita sua visibilidade, embora, muitas vezes, estes acontecimentos sejam tão desprovidos de referencialidade que não se torna possível ao receptor uma compreensão mais ampla do que aquela fase da operação, por exemplo, significa num contexto geral.

Dessa forma, compreendemos a operação Lava Jato como um megaacontecimento (SANTOS, 2005) constituído por uma rede de experiência compartilhada (BENETTI, 2010), ou seja, diversos acontecimentos menores – como as prisões, mandados de busca e apreensão, divulgação de delações premiadas – participam de sua formação. Este megaacontecimento é produzido não somente pelo campo jurídico, no qual teve início, mas tem sido construído também no campo jornalístico, por meio da narrativa discursiva. Consideramos que este acontecimento expande as esferas da Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário, para ganhar as conversas cotidianas por conta de um trabalho em grande parte midiático. Isso nem sempre, no entanto, significa uma discussão aprofundada a respeito do assunto, já que o discurso jornalístico não é sempre produzido para que o receptor o compreenda.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Esta análise foi organizada em duas etapas: primeiramente, fizemos uma análise dos argumentos acionados pelos campos jurídico e jornalístico, com base na proposta de Breton (2003), com algumas modificações; num segundo momento, o discurso jornalístico passou pelo protocolo da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), pensado por Silva e Maia (2011a, 2011b).

Dessa forma, na etapa de análise das estratégias argumentativas, observamos o discurso jornalístico sobre as gravações de Joesley Batista, representado pelas matérias da edição online de Folha de S.Paulo e O Globo, e o discurso do campo jurídico, extraído das matérias divulgadas pelo site mantido pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre a operação Lava Jato. No entanto, essa pesquisa se restringe à análise textual, visto que este foi o formato mais utilizado nas notícias que se referem ao acontecimento selecionado. Produtos como vídeos não foram considerados para fins

de análise neste trabalho, pois exigiriam uma metodologia mais apropriada. Destacamos ainda que a proposta de Breton (2003) a respeito do duplo gatilho argumentativo foi adaptada para melhor atender as especificidades desta investigação.

Portanto, nesta primeira etapa, buscamos identificar o enquadramento do real, primeira fase do duplo gatilho argumentativo proposto pelo autor. Isso para identificar quais as circunstâncias em que o campo jurídico busca estabelecer um real comum com o auditório e quais argumentos este campo tem acionado. Os argumentos que procuramos identificar nesta fase são a autoridade e os valores e pontos de vista. O primeiro tipo pode ser construído através da noção de competência (o orador legitima seu discurso a partir de uma competência prévia científica, técnica, moral ou profissional que o auditório reconhece), pela experiência (o orador tem prática efetiva na área em que emite a opinião) ou pelo testemunho (o orador vivenciou o acontecimento sobre o qual emite opinião). Já o segundo tipo de argumento de enquadramento do real é o apelo a pressupostos comuns. Estes podem ser os valores ou os pontos de vista e devem remeter a situações que auditório e orador tenham em comum. Os valores são aqueles que fazem parte de universo de referência do auditório, enquanto os pontos de vista se referem a opiniões tão difundidas que poderiam ser consideradas lugar-comum.

Em seguida, buscamos identificar a segunda fase do duplo gatilho argumentativo, o reenquadramento do real, ou seja, o momento em que um fato novo é apresentado para que o auditório concorde com ele. Este novo olhar sobre a questão exposta na primeira etapa da argumentação deve produzir no auditório a sensação de aprendizado e a aceitação da novidade apresentada, para que se transforme em convencimento, em modificação da opinião dos receptores. As três categorias de argumentos de reenquadramento propostas por Breton (2003) – definição, apresentação e associação-dissociação – não serão adotadas neste trabalho. Esta opção se deu por considerarmos que elas não são suficientemente diferentes entre si para que a análise fosse realizada de maneira satisfatória. Assim, os argumentos identificados como reenquadramento não foram distribuídos, preenchendo uma única categoria.

Após a primeira etapa da análise, o discurso do campo jornalístico, em Folha de S.Paulo e O Globo, passou por uma nova etapa, baseada na Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011a, 2011b). Acreditamos que ela ajuda a compreender os aspectos da cobertura jornalística, proporcionando uma visão mais ampla acerca tanto do discurso, como de circunstâncias próprias da esfera de produção noticiosa. Isso porque, conforme Silva e Maia (2011a), os produtos jornalísticos conservam muitos aspectos da etapa de produção e, portanto, da cobertura realizada.

A ACJ se organiza em três níveis analíticos: marcas da apuração, marcas da composição do produto e aspectos da caracterização contextual. As marcas de apuração se referem à assinatura do repórter (local, correspondente, enviado especial, colaborador, agência de notícias ou não assinado), local de apuração ou acesso do jornalista ao local do acontecimento (interno, ou seja, redação, ou indefinido ou externo, isto é, apuração *in loco*), origem da informação e fontes consultadas (informação de primeira mão, por meio de fontes do poder público, institucionais, cidadãos, especializadas, assessoria de imprensa, não convencionais, recursos alternativos; ou informações de segunda mão, obtidas através de agências de notícias, outros veícu-

los jornalísticos, publicações científicas, documentos impressos e eletrônicos, ciberespaço, reedição, republicação).

No segundo nível da ACJ estão as marcas da composição do produto, que não enfocam apenas o texto, mas a maneira como ele se coloca na página, quando se pensa em produto impresso. No caso desta investigação, que se dá em meios eletrônicos, as categorias propostas pelas autoras precisam sofrer algumas adaptações. Mantém-se da proposta apresentada Silva e Maia (2011a, 2011b) a classificação que compreende o gênero ou a natureza do texto jornalístico (nota, notícia, fotonotícia/fotolegenda, entrevista, reportagem, reportagem especial/dossiê) e os recursos visuais adicionais (gráficos, tabelas, boxes, infográficos, imagens não-fotográficas, fotografia), mas exclui-se a categoria de localização do texto no veículo e o destaque que ele recebe, mantendo-se deste grupo de aspectos apenas a editoria em que o texto foi publicado (não serão considerados, portanto, página par ou ímpar; quadrante superior direito ou esquerdo, inferior direito ou esquerdo; metade superior ou inferior; página inteira; número de páginas; manchete, chamada de capa ou apenas texto). Isso porque, enquanto a análise de alguns destes pormenores seria impossível em mídia eletrônica, entendemos que outros, como o tamanho da notícia, seria contemplado no item sobre o gênero ou natureza do texto.

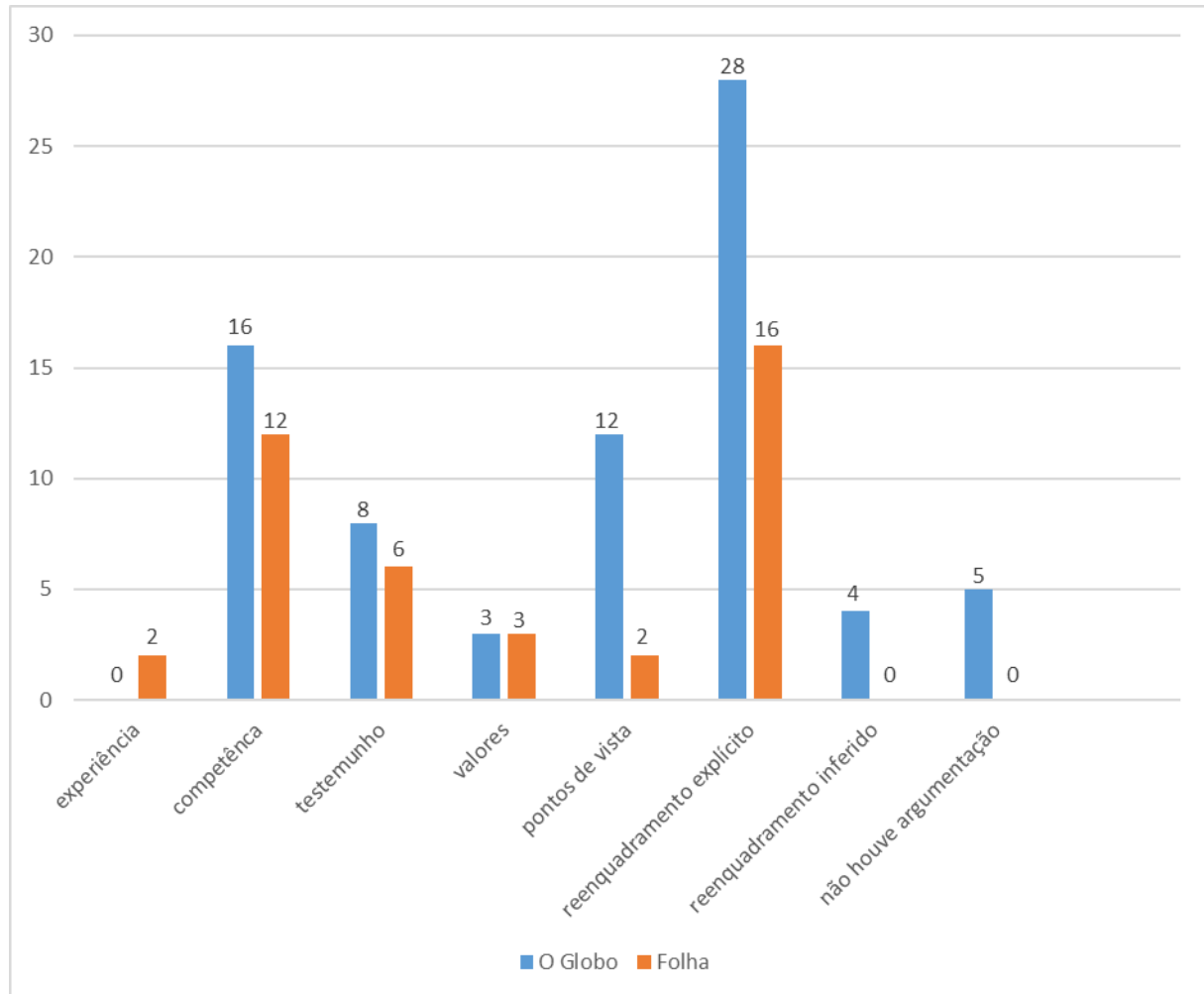
Há ainda o nível dos aspectos da caracterização contextual, que abrange contexto interno – isto é, caracterização visual, editorial e organizacional do veículo ou empresa – e contexto externo – ou seja, caracterização do tema, acontecimento ou assunto e da conjuntura social, histórica e cultural que o envolve. Neste trabalho, ele perpassa a discussão dos resultados quantitativos encontrados.

#### **4 RESULTADOS DA ANÁLISE**

No dia 17 de maio de 2017, quando as informações sobre a gravação feita por Joesley Batista vieram à tona, Folha publicou 16 matérias sobre o assunto, enquanto no mesmo período O Globo produziu 37 textos. O gráfico 1 mostra as relações entre as estratégias argumentativas encontradas por esta pesquisa, comparando os dois veículos.



GRÁFICO 1 – TIPOS DE ARGUMENTO EMPREENDIDOS



Fonte: Elaboração própria.

No nível da argumentação, consideramos que, nas 37 matérias selecionadas em O Globo, foram observados 71 argumentos. Para atingir este número, foi considerada apenas a primeira vez em que cada tipo de argumento aparecia em um texto. Sendo assim, os argumentos de autoridade apareceram em 24 matérias, dentre os quais, 16 são de competência, 8 de testemunho e nenhum de experiência; os argumentos de apelo a valores comuns estiveram em 3 matérias; e os argumentos de apelo a pontos de vista semelhantes apareceram em 12 matérias. Os argumentos de reenquadramento compunham 32 das matérias analisadas, sendo que, em 28 delas, este reenquadramento era explícito e em outras quatro ele precisava ser inferido. Em 5 dos textos analisados não houve acionamento de estratégias argumentativas.

Nas 16 matérias analisadas em Folha de S.Paulo, por sua vez, foram observados 41 argumentos. Assim como no caso anterior, foi considerada apenas a primeira vez em que cada tipo de argumento aparecia em um texto. Dessa forma, os argumentos de autoridade se manifestaram 20 vezes, dentre as quais, 2 foram de experiência, 12 de competência e 6 de testemunho; os argumentos de apelo a valores em comum apareceram em 3 dos textos em questão; e os argumentos de apelo a pontos de vista comuns se fizeram presentes em 2 textos. Os argumentos de reenquadramento estiveram presentes em todas as matérias analisadas de maneira explícita,

sem que precisassem ser inferidos. Não houve, como no caso do jornal O Globo, textos em que não conseguíssemos encontrar estratégias argumentativas.

Já entre as notícias publicadas pela assessoria de comunicação do Ministério Público Federal entre 17 e 31 de maio de 2017, 3 faziam referência às gravações de Joesley Batista. No texto de uma delas, no entanto, não foram encontradas estratégias argumentativas que pudessem ser submetidas à análise. As outras 2 continham argumento de competência e, também 2, argumentos de reenquadramento. Portanto, no caso deste acontecimento, o campo jurídico empreendeu mais vezes o argumento de competência, o que mostra que a principal finalidade argumentativa foi a autoridade. Isso não pode ser, no entanto, considerado uma regra, tendo em vista o reduzido número de notícias publicadas sobre o assunto.

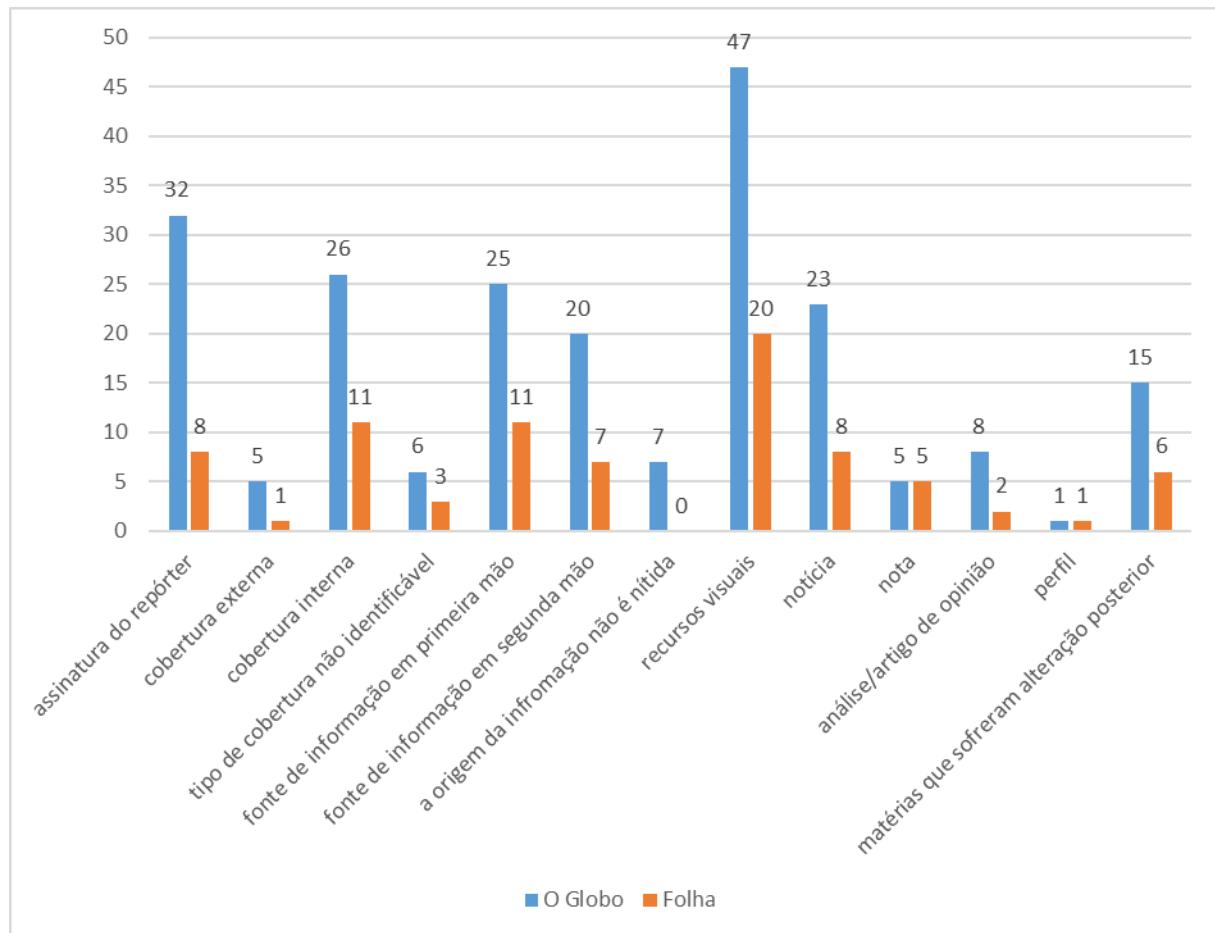
No caso das estratégias acionadas pelo campo jornalístico, é preciso observar que, entre os textos examinados, O Globo publicou muito mais matérias do que Folha de S.Paulo sobre o assunto. Uma possível razão para isso é o fato de O Globo ter sido o jornal responsável pelo “furo” – o que, no jargão jornalístico, se refere àquele que dá a notícia em primeira mão – e, assim, ter tido acesso a informações privilegiadas anteriormente, o que fez com que dispusessem de mais conteúdo, inclusive para a escrita de análises por parte de seus colunistas. Assim, às 19h30 do dia 17 de maio, momento em que se deu a primeira publicação do jornal sobre o acontecimento, feita pelo colunista Lauro Jardim, cinco matérias foram publicadas sobre o mesmo assunto, assinadas por este e outros jornalistas do veículo. Por outro lado, a primeira publicação de Folha – que soube das gravações pelo jornal O Globo – ocorreu somente às 20h03.

Além disso, se forem somados os argumentos de experiência, competência e testemunho, temos que o argumento de autoridade foi, afinal, a estratégia de enquadramento do real mais utilizada por O Globo e Folha de S.Paulo (aparece 24 e 20 vezes, respectivamente). É interessante observar que a autoridade por competência, experiência ou testemunho aparece nas análises individuais diversas vezes ligada a um nome e um cargo – o juiz Sérgio Moro, o presidente Michel Temer, por exemplo – ou a entidades e documentos – o inquérito, as provas, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o jornal O Globo, o jornal Folha de S.Paulo.

Por fim, todas as 16 matérias produzidas por Folha de S.Paulo apresentam ao menos um argumento de reenquadramento explícito. Em O Globo, são 28 de um total de 32 matérias com presença de estratégias argumentativas, o que equivale a 87,5% dos textos. É importante destacar, mais uma vez, a diferença no número de matérias que cada um dos veículos publicou, o que influencia neste caso. No entanto, podemos relacionar esta informação a caracterização contextual: observamos que O Globo tem, em seus princípios editoriais a busca por “isenção, correção e agilidade”, enquanto Folha menciona a ideia de um “jornalismo crítico, apartidário e pluralista”.

No gráfico 2 podem ser observados os resultados da aplicação da ACJ nos textos selecionados em O Globo e Folha de S.Paulo.

GRÁFICO 2 – RESULTADOS DE ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA



Fonte: Elaboração própria.

Como mostra o gráfico acima, no nível das marcas de apuração, temos que 32 dos 37 textos publicados em O Globo têm assinatura de um repórter e apenas 5 matérias receberam cobertura *in loco*, enquanto a apuração de 26 deles foi realizada internamente e 6 textos não possuem marcas que permitam esta identificação. No que se refere às fontes, 25 das matérias analisadas receberam informações em primeira mão e 20 em segunda mão, sendo que algumas matérias continham os dois tipos de fonte.

No jornal Folha de S.Paulo, por sua vez, 8 dos 16 textos de analisados nesta monografia têm assinatura de um repórter. Apenas uma matéria teve cobertura externa, enquanto 11 não receberam e 3 não permitiram a identificação. Além disso, 11 das matérias contaram com fontes de informação em primeira mão e sete em segunda mão. Alguns dos textos contaram com os dois tipos de fonte.

Do ponto de vista das marcas de composição do produto, foram encontradas 23 notícias, 5 notas, 8 artigos de opinião e 1 perfil em O Globo. Em Folha de S.Paulo, foram 8 notícias, 5 notas, 2 artigos de opinião e 1 perfil. Quanto aos recursos visuais, eles foram contabilizados apenas na primeira vez que apareciam na matéria. Assim, apareceram em O Globo 47 vezes, sendo 23 matérias com foto, 4 com *tweets*, 2 com *prints* da internet, 4 com vídeo, 1 com gráficos, 1 fotogaleria e 12 matérias sem nenhum recurso visual. Em Folha de S.Paulo, foram usados estes recursos 20 vezes, sendo 14 matérias com foto, 3 com infográficos, 1 com vídeo, 1 com *tweets* e 1 sem

nenhum recurso visual. Um motivo para este resultado pode ser a pressa com que estas matérias parecem ter sido produzidas pelos dois jornais, que pode não ter permitido que fosse utilizado um número maior de recursos mais elaborados e trabalhosos, como vídeos e infográficos, por exemplo. Por outro lado, notamos uma preocupação em apresentar o texto, sempre que possível, acompanhado de algum recurso visual, especialmente em O Globo. Porém, na maioria das vezes, este recurso é a fotografia, o que aponta para uma transposição do que era/é feito no impresso – ou seja, uma notícia acompanhada de foto – para o digital, sem que sejam pensados formatos específicos para este suporte.

Das 16 matérias de Folha de S.Paulo examinadas, 6 sofreram alteração posterior ao momento da publicação. Em O Globo foram 16 das 37 totais. Finalmente, todas as matérias analisadas em O Globo pertenciam à editoria “Brasil” e 15 das 16 matérias de Folha eram da editoria “Poder”, ao passo que uma era da coluna de Mônica Bergamo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura midiática da operação Lava Jato surge uma estruturação midiática própria, diferente do que se vê na cobertura de outros acontecimentos similares, como algumas operações de grande porte realizadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Isso pode ser exemplificado justamente por estas estratégias de reforço, com a utilização dos argumentos de autoridade, que apresentam o discurso midiático como credível, inquestionável e, portanto, legítimo. Ao mesmo tempo, o discurso jornalístico nem sempre atua no sentido de uma busca por soluções para os conflitos que se apresentam e que ele mesmo cria, discursivamente.

No campo jornalístico e, em específico, no que se observa nas matérias aqui analisadas, a noção de um acordo sobre o que merece ser disputado é bastante forte. As muitas publicações sobre um mesmo assunto denotam, por exemplo, a luta pela audiência a respeito daquele tema, sobre o qual havia uma grande quantidade de veículos falando, ainda que as informações não fossem muitas e se repetissem. Veículos e jornalistas, ambos atuando como agentes do campo jornalístico, disputam ainda pela rapidez na publicação das notícias, o que é demonstrado pela preocupação – neste caso, ilustrada por O Globo – com o “furo” de reportagem, a notícia em primeira mão, dada antes do concorrente. A tentativa de “furar” o veículo concorrente é, de maneira geral, um consenso tradicionalmente aprendido na prática pelos jornalistas nas redações, configurando um aspecto do *habitus* dos agentes do campo jornalístico, que perpassa as gerações de profissionais e nem sempre é aprendida de maneira consciente.

Diversas vezes, nosso *corpus* apontou para dificuldades na análise de algumas matérias, especialmente aquelas que davam conta da reverberação da gravação de Joesley Batista na internet, dos memes publicados por usuários da rede, das publicações em redes sociais sobre o assunto. Um ponto a ser considerado em pesquisas futuras é a busca da identificação de possíveis diferenças causadas pela própria materialidade da rede no uso das estratégias argumentativas.

Ainda, a utilização constante de fotografias como recurso visual aponta para uma possível pressa na produção, que não permite que sejam utilizados muitos ví-

deos ou infográficos, por exemplo, pois demandam mais tempo de produção e pessoal especializado. Ao mesmo tempo, pode denotar repetição da maneira como são produzidas matérias em jornalismo impresso no meio digital, sem preocupação com a experimentação e a utilização de formatos específicos adequados a este suporte. Neste sentido, a ACJ permite uma reflexão interessante sobre o conceito de *habitus*, de Bourdieu (1983) e, mais especificamente, sobre o *habitus* dos agentes do campo jornalístico.

## **REFERÊNCIAS**

BABO-LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. *Trajectos*, Lisboa, n.6, p. 85-94, 2005.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos**. Florianópolis: Editora Insular, 2010. p. 121-142.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 2003.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GUAZINA, Liziane. Campos em disputa: jornalismo versus política na cobertura do Jornal Nacional sobre o Escândalo do Mensalão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 11., 2013, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UNB, 2013. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/schedConf/presentations>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Sobre o facto e o acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, n. 6, p. 95-100, 2005.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, n.6, p.59-75, 2005.

ROSSO, Aline Louize Deliberali; CARREIRÃO, Yan de Souza. O campo político e o campo jornalístico: influências políticas na produção da notícia na Editoria de Política do Diário Catarinense. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Aline-Rosso.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

SANTOS, José Manuel. Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos. *Trajectos*, Lisboa, n.6, p. 77-83, 2005.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. *Rumores – Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias*, v. 5, n. 10, p. 18-36, jul./dez. 2011a.

\_\_\_\_\_. O método Análise de Cobertura Jornalística na compreensão do crack como acontecimento noticioso. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton e VAZ, Paulo Bernardo. **Jornalismo e Acontecimento**: Percursos metodológicos. Florianópolis: Editora Insular, 2011b. p.37-54.